



CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers DOAJ Dialnet

CAPITAL SOCIAL: PERSPECTIVAS, CRÍTICAS E POTENCIALIDADES¹

Tatielle Belem Langbecker²
Universidade Federal do Pampa
tatielle.belem@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Tatielle Belem Langbecker: "Capital social: perspectivas, críticas e potencialidades",
Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (febrero 2021). En línea:
<https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/febrero-2021/capital-social>

RESUMO

Este ensaio apresenta uma postura crítica à noção de capital social, contemplando diferentes perspectivas teóricas, inclusive a crítica que expõe seu caráter antropocêntrico e sociocêntrico, buscando associá-la às potencialidades e debilidades à discussão do desenvolvimento territorial. Entende-se que pensar o capital social como explicativo às condições de uma localidade específica, assim como, estimulador das potencialidades territoriais, se torna essencial realizar análises integradas que considere as multidimensionalidades do capital social e, ressalve suas respectivas críticas. A abordagem territorial do desenvolvimento mostra possibilidades para entender as realidades socioculturais como partes dos espaços naturais em que estão inseridas e, o capital social como autonomia dessas realidades para compreender e promover suas relações com o espaço em que estão presentes. Esta abordagem permite múltiplos olhares acerca do desenvolvimento, sem indicar a adoção de um padrão dominante.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial, Capital social.

CAPITAL SOCIAL: PERSPECTIVAS, CRÍTICAS Y POTENCIALIDADES

RESUMEN

Este ensayo presenta una postura crítica a la noción de capital social, contemplando diferentes perspectivas teóricas, incluida la crítica que expone su carácter antropocéntrico y sociocéntrico, buscando asociarlo con las potencialidades y debilidades en la discusión del desarrollo territorial. Se entiende que pensar en el capital social como explicativo de las condiciones de una localidad específica, además de estimular las potencialidades territoriales, es esencial para llevar a cabo

¹ A discussão trazida é resultante de reflexão realizada como avaliação em determinada disciplina no doutorado em Extensão Rural.

² Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria/RS-Brasil. Atualmente é professora substituta na Universidade Federal do Pampa/RS-Brasil.

análisis integrados que consideren las multidimensionales del capital social y, salvo sus respectivas críticas. El enfoque territorial del desarrollo muestra posibilidades para entender las realidades socioculturales como parte de los espacios naturales en los que se insertan, y el capital social como la autonomía de estas realidades para comprender y promover sus relaciones con el espacio en el que están presentes. Este enfoque permite múltiples perspectivas sobre el desarrollo, sin indicar la adopción de un patrón dominante.

Palabras clave: Desarrollo territorial, Capital social.

SOCIAL CAPITAL: PERSPECTIVES, CRITICS AND POTENTIALITIES

ABSTRACT

This essay presents a critical posture to the notion of social capital, contemplating different theoretical perspectives, including the criticism that exposes its anthropocentric and sociocentric character, seeking to associate it with the potentialities and weaknesses in the discussion of territorial development. It is understood that to think of social capital as explanatory to the conditions of a specific locality, as well as stimulating territorial potential, it is essential to carry out integrated analyzes that consider the multidimensionalities of social capital and, save their respective criticisms. The territorial approach to development shows possibilities to understand socio-cultural realities as parts of the natural spaces in which they are inserted, and social capital as the autonomy of these realities to understand and promote their relations with the space in which they are present. This approach allows multiple perspectives on development, without indicating the adoption of a dominant pattern.

Keywords: Territorial development, Social capital.

1 CAPITAL SOCIAL: AS PERSPECTIVAS

A noção de capital social perpassa diversos significados em acordo com os autores que a propõe e o contexto a que se referem para apresentar suas perspectivas. Em vários artigos que remetem à discussão do capital social, encontram-se apanhados sobre as três abordagens mais reconhecidas e debatidas, ou seja, as proposições de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, como pode ser visto no artigo de Silva, Moutinho e Branco (2016).

A noção sobre capital social se proliferou revelando a “facilidade” com que o uso de termos (como por exemplo “desenvolvimento”, “capital social”) se espalha em diferentes significados pondo, por vezes, em xeque a noção inicialmente elaborada para tal conceito. No entanto, Portes (2000) destaca que apesar da propagação e, até mesmo, banalização do uso do vocábulo – capital social – a ideia central se refere às possíveis implicações positivas, para o indivíduo e para a comunidade, decorrentes da participação e do comprometimento em grupos. Nesse sentido o capital social, na interpretação de Bourdieu ou Coleman, se encontra intangível em comparação às outras formas de capital, já que o capital social está na estrutura das relações sociais, diferente do capital econômico –

disponível das contas bancárias – e, do capital humano, algo particular de posse de cada pessoa (Portes, 2000).

De acordo com Portes (2000, p. 134), Bourdieu desenvolveu a “*primeira análise sistemática contemporânea do capital social*”. Para Bourdieu (2007), o capital social aparece em uma dimensão mais individual do que coletiva, onde cada indivíduo dispõe de maneira distinta os resultados decorrentes dos capitais que possui (econômico e cultural); da mesma forma, o capital social se revela em “volumes” distintos em acordo com as possibilidades de mobilização de cada indivíduo, em acordo com suas redes de relações. Ou seja:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 2007, p. 67).

Aqui o capital social é entendido como o ato de vincular-se a determinado grupo detentor de um conjunto específico de características, ou melhor, define-se o indivíduo como pertencente a tal e esse pertencimento decorre de suas mobilizações em capital cultural e econômico. Críticos como Higgins (2003) retratam a discussão de Bourdieu como incipiente, no entanto enfatiza a contribuição em buscar transcender a dicotomia da natureza do capital, isto é, a síntese das ideias em econômico/não econômico.

Pensando esse enfoque para a problematização da abordagem territorial do desenvolvimento, parece que um enfoque com olhares direcionados ao indivíduo não estaria congruente, pois fala-se em territórios construídos a partir de costumes, culturas, particularidades geradas por um coletivo e, essas construções como alternativa de potencializar habilidades e capacidades julgadas pelo próprio coletivo como passíveis de contribuições aos seus interesses.

No entanto, para não cair numa repetição de discursos com base em apenas no que é retrato por Bourdieu em “O capital social - notas provisórias”, Ortega e Matos (2013), ao buscarem interconexões entre o capital social de Putnam e Bourdieu, salientam a importância em considerar, para uma abordagem do desenvolvimento territorial/local, a confiança e reciprocidade que podem ser construídas a partir da intensidade das relações entre os grupos e os indivíduos. Se faz necessário revisar a perspectiva de Bourdieu no que cerne o reconhecimento de conflitos de interesse, assim como, do potencial em explicar os comportamentos simbólicos – carregados de capital econômico e cultural – (Ortega; Matos, 2013) para aproximar-se de uma análise que demanda mais do que o individual tratado pelo capital social em Bourdieu.

Na sequência autores como Coleman ampliam a noção de capital social, por exemplo, explorando estruturalmente as relações sociais, ao contrário de Bourdieu que parte de uma análise centrada no indivíduo; na visão de Coleman o capital social pertence ao grupo podendo ser mobilizado por quaisquer membros (Silva; Moutinho; Branco, 2016). Esse é um dos principais

aspectos enfatizados por Coleman (1988) em sua compreensão de capital social, pois destaca que se trata, em princípio, da ação racional como partida, mas rejeita quaisquer perspectivas individualista que comumente se afiliam a noção de capital social.

Essa busca por unir a ação racional e o social vem de uma tentativa de tomar os fluxos econômicos como parte da realidade empírica considerando que as ações das pessoas são marcadas e orientadas em virtude de seu contexto social (Coleman, 1988). Tendo em vista a dificuldade de diálogos entre economia e sociologia, reconhecido por vários autores, parece que cada qual busca argumentar suas explicações a partir de ideias alheias no intuito de legitimar sua perspectiva frente ao outro. Nesse sentido, Coleman (1988) salienta que sua proposta é algo diferente, pois incorpora a ação racional para a análise dos sistemas sociais, inclusive econômicos, sem desvincular-se da organização social inerente ao processo.

Desta forma, o capital social, similar a outros tipos de capital, torna-se produtivo, já que possibilita alcançar determinados propósitos que de modo contrário não seriam auferidos. Visto isto, explica-se o porquê da intangibilidade do capital social, existente apenas nos espaços das relações sociais podendo ser exemplificado nas mudanças de opiniões e crenças das pessoas. O capital social atuando como elemento da estrutura funcional das relações sociais compõe-se de três grupos de elementos: as obrigações (e seus diferentes graus de reciprocidade), expectativas e lealdades, em segundo momento os canais de informações (redução de custos em função das pessoas que possuem as informações pertinentes) e, por último, as normas (inibição de comportamentos negativos) e sanções estabelecidas (Higgins, 2003).

Por conseguinte, Portes (2000) destaca a importância na distinção entre os recursos em si e a capacidade de obtenção dos mesmos em virtude do pertencimento a determinada estrutura social. Essa distinção, de acordo com o autor é clara em Bourdieu, porém na perspectiva de Coleman essa diferenciação não é aparente, e, por vezes, obscura. Talvez isso contribua para as críticas a noção de capital social de Coleman, pois Higgins (2003, p. 71) busca denunciar, o que para ele, seria uma tentativa de apropriação do viés sociológico por parte da economia, inclusive intitula uma das subseções de sua pesquisa de "*James Coleman: a clonagem sociológica da economics dominante*", partindo do pressuposto que o autor estaria desempenhando esforços em um projeto político para "*construir sociedades na medida das trocas de mercadorias*". É nesse sentido que o conceito de capital social estaria inserido, ou melhor, o capital social estaria atuando como elemento a converter o *homo sociologicus* em *homo economics*. A crítica de Higgins (2003) afirma que não há mediação entre o social e o econômico, como exposto por Coleman (1988); as estruturas sociais passam a ser identificadas como funcionais às relações de mercado.

Embora, Higgins (2003) tenha demonstrado argumentos teóricos para a crítica a Coleman, se faz pertinente leituras que contemplem outros olhares acerca da perspectiva do autor. Deste modo, Abramovay (2000) destaca a leitura dos princípios de Coleman sobre o capital social direcionados a noção de que as pessoas não agem de forma isolada e independentemente e, que seus comportamentos não se configuram estritamente egoístas. Essa relatividade permite, através de exemplo exposto por Abramovay, identificar as possibilidades através do olhar de Coleman sobre o capital social:

Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que, individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda (Abramovay, 2000, p. 4).

O exemplo exposto, em certa medida, configura uma visão que demonstraria possibilidades factíveis a partir do que Coleman propõe sobre o capital social; afinal na prática dos agricultores, especialmente quando se direciona aos pequenos agricultores, as relações de cooperação e confiança encontradas nas estruturas das relações sociais podem desdobrar oportunidades, acordos com os interesses comuns, que, de modo contrário, dificilmente responderiam em ações e iniciativas isoladas. Assim, salvo a leitura crítica de Higgins (2003) e outros autores que a fazem de forma semelhante, ainda se encontram elementos que possam contribuir com a abordagem territorial do desenvolvimento. Não sejamos ingênuos quanto as forças de um sistema dominante, mas, em contrapartida, na situação socioeconômica e política contemporânea, tentar escapar, inocentemente, também não seria a melhor solução.

Dando continuidade à análise crítica do capital social, enfatizando suas diferentes vertentes, Putnam também contribuiu significativamente para a multidimensionalidade e versatilidade de usos do termo capital social. Os aspectos mais destacados na versão do capital social proposta por Putnam foram suas relações com a confiança, normas e sistemas possibilitando com ações coordenadas por parte das diferentes organizações sociais (Silva; Moutinho; Branco, 2016).

A análise da descentralização política da Itália permitiu a aferição de diferentes desempenhos institucionais, do governo e do sistema produtivo. Os diferentes resultados são respostas aos distintos níveis de capital social que uma comunidade herda traduzido em regras de reciprocidade e sistemas de participação. Esse acúmulo de capital social irá influenciar diretamente na cooperação interna de uma organização social e, da mesma forma como ocorre com o capital convencional, *“os que dispõem de capital social tendem a acumular mais”* (Putnam, 2006, p. 179). No entanto, de maneira inversa, várias das formas de capital social, por exemplo a confiança, as normas e as cadeias de relações sociais, aumentam com o uso ao invés de retraírem-se e, caso não forem utilizadas acabam por esgotarem-se (Putnam, 2006).

De forma semelhante a Coleman (1988), Putnam (2006) também destaca o capital social como um bem público e não algo a ser de posse individual. Outra ênfase por parte do autor refere-se à confiança como um componente básico do capital social, pois esta seria a responsável pela promoção da cooperação; *“quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação”* (Putnam, 2006, p. 180).

No entanto Pellin, Alcântara e Gonçalves (2016) destacam que a cooperação referenciada por Putnam (2006) não é algo a interpretar-se como dado; há uma dependência direta com as relações sociais e institucionais estabelecidas entre os agentes em que, levando em conta a abordagem territorial do desenvolvimento, o capital social aparece como elemento formador de um

território. É nesse sentido que Ortega e Silva (2011) analisam as potencialidades de pensar o capital social como um aliado – ou ainda como central – para a abordagem territorial do desenvolvimento.

2 CAPITAL SOCIAL E TERRITÓRIOS: POTENCIALIDADES E CRÍTICAS

Os exemplos que se tem de “tentativas de desenvolvimento” baseadas apenas em elementos econômicos demonstram fracassos e tornem emergentes a inserção de elementos não-econômicos em busca do chamado desenvolvimento (Ortega; Silva, 2011). A partir dessa ideia, Ortega e Silva (2011) acrescem à noção de desenvolvimento territorial os elementos não-econômicos/imateriais trazidos por Putnam e, simbólicos na linguagem de Bourdieu.

Aqui se trata da importância das crenças, hábitos, rotinas, experiências locais como definidores (ou ao menos buscam contribuir para as definições) de políticas e iniciativas econômicas que visam contribuir para as múltiplas dimensões de um desenvolvimento territorial. O território sendo reflexo de todo um aparato sociocultural de um local específico determina o nível de capital social presente e, conseqüentemente, as possibilidades de cooperação, confiança e reciprocidade nos termos de Putnam.

No entanto é preciso reconhecer as potencialidades das diferentes perspectivas do capital social para o pensar de abordagens territoriais ao desenvolvimento. Há traços incomuns dentre as perspectivas, pois como afirmam Pellin, Alcântara e Gonçalves (2016), o capital social é revelador de elementos intangíveis que irão configurar as características da cooperação, confiança, articulações dentre outros elementos dentro de um território, fundamentais para se pensar em alternativas de desenvolvimento territorial. O capital social, de acordo com os autores, explica distintas realidades de desenvolvimento mesmo submetidos a regimes políticos e econômicos semelhantes. Desta forma, para pensar o capital social como explicativo das condições de desenvolvimento de uma localidade específica, assim como, fator capaz de estimular as potencialidades territoriais, se torna essencial realizar análises integradas que considere as multidimensionalidades do capital social.

Contudo, posterior às exposições sobre o capital social, autores e as potencialidades para o pensar da abordagem territorial, apresenta-se e discute-se parte das críticas à abordagem territorial que consideram um forte caráter antropocêntrico e sociocêntrico que desconsideraria a crise socioambiental. Nesse sentido, Florit e Grava (2016) enxergam no campo da Ética Ambiental uma forma de colocar em pauta a crítica ao antropocentrismo e à naturalização por parte de políticas e relações sociais que sustentam práticas contrárias as defendidas pela Ética Ambiental e Animal, assim como, estendem sua abordagem crítica a alguns modelos de desenvolvimento em vigência.

Nessa perspectiva encontra-se o termo “especismo”, uma analogia a expressões como sexismo e racismo, para referenciar práticas que pouco considerem a dor e sofrimento de seres sencientes não humanos. Os autores relacionam o especismo ao desenvolvimento territorial como forma de viabilizá-lo, pois a desconsideração dos interesses dos animais não humanos (a sciência seria suficiente para justificar que os seres vivos não humanos, dotados de sistema nervoso, têm interesses que deveriam ser considerados independente da espécie) tem possibilitado a avanço da produção nos territórios sustentando os atuais padrões de desenvolvimento. A percepção das

vocações regionais, nos termos dos autores, aparentemente, é natural, mas vinculam-se a interesses políticos e econômicos que encontram sustento em relações sociais e políticas que se favorecem de sua própria concepção de natureza decorrendo inúmeros impactos ambientais (Florit; Grava, 2016).

Os autores destacam algumas alternativas ao desenvolvimento que reconhecendo o valor moral da natureza estariam contemplando aquilo que se entende por Ética Ambiental. Essas alternativas estariam presentes nas abordagens do Bem Viver – América Latina – e da Felicidade Interna Bruta (FIB) – Butão –, pois buscam reposicionamentos de seus povos em relação ao capitalismo global baseados “na valorização das suas especificidades culturais por suas implicações éticas com relação à natureza” (Florit; Grava, 2016, p. 27).

Outros autores como Mantovaneli e Sampaio (2010) identificam o caráter antropocêntrico desde as primeiras aferições às questões ambientais acerca do desenvolvimento, pois mesmo buscando acrescentar elementos à discussão, o embate não superava a ideia da vida humana no planeta, desconsiderando a perspectiva ecossistêmica. Desta forma, a terminologia ecodesenvolvimento teria a função de trazer a abordagem ecossistêmica para a discussão desdobrando-se no que se entende por desenvolvimento territorial sustentável. Ou seja, já no uso da expressão passa a ser necessário o acréscimo do aditivo “sustentável”, pois caso contrário as questões ambientais ficariam excluídas do debate.

Na visão dos autores, a expressão movida pelos três termos, se distancia das soluções científicas da criação da natureza, ou melhor, a ética de respeito e as soluções endógenas são consideradas a partir da defesa das [...] “peculiaridades culturais e tecnológicas típicas de cada *“ecoregião”* e ancora nestas a premissa que é dos próprios dilemas cotidianos que brotam as *soluções apropriadas*” (Mantovaneli; Sampaio, 2016, p. 80). A troca com elementos exógenos é considerada, mas a sobreposição dos mesmos às características ecológicas e sociais de um contexto é descartada (Mantovaneli; Sampaio, 2016).

3 BUSCANDO CONCILIAÇÕES

A retomada de Fleury, Almeida e Premebida (2014, p. 54) destaca que apenas recentemente a noção de ambiente tem sido interpretada a partir das ciências sociais motivada por demandas que buscam a articulação entre sociedade e natureza. Em princípio, a ideia da sociologia ambiental romperia com a primazia do social (humano), porém os desdobramentos revelaram, apenas, a construção social sobre as questões ambientais. Entretanto, os autores destacam que os trabalhos de Escobar põem a questão ambiental como oposição [...] “à *concepção globalocêntrica da sociedade*” defendendo o conhecimento local como estratégia política de controle e uso da biodiversidade de um território; o que, conseqüentemente irá resultar em conflitos que guardam a sobrevivência cultural e políticas de grupos nesses territórios.

Parece que o que está em voga não é a desconsideração da crise socioambiental para a abordagem territorial, mas sim um jogo de diferentes perspectivas epistemológicas teórico-metodológicas que buscam cada qual sua legitimação. Até porque se for considerar o desenvolvimento territorial a partir do especismo, por exemplo, não há como julgar o entendimento

que cada comunidade tradicional admite sobre o tratamento com suas criações de animais na tentativa de afirmar que tal comunidade estaria desconsiderando os interesses dos seres vivos não humanos. Ao recorrer a Escobar (1995) essa percepção ganha sustentação teórica, pois cada discurso teórico situa-se em contexto histórico específico. Para o liberalismo o discurso que ganha espaço entre a articulação natureza e sociedade revela a intenção da natureza como um bem comum ao futuro da sociedade. Os culturalistas opõem-se aos liberais, enfatizando a cultura como instância básica da relação sociedade/natureza; e a crítica dos ecossocialistas contesta a capitalização da natureza. Mesmo passados mais de 20 anos a esta publicação de Escobar (1995), parece vigente a necessidade de novas narrativas híbridas da cultura e da vida.

Contudo, o esforço de Guanzirolli (2012) esclarece parte do emaranhado de interpretações e discussões construídas a partir da abordagem territorial, apontando cinco *trade offs* que encaminham diferentes entendimentos sobre a compreensão e definição de um território. O primeiro remete à ênfase no aspecto econômico, supondo articulações que tornem a economia do território sustentável e competitiva em mercados dinâmicos, ou social-institucional que estimularia a interação atores locais/agentes externos tendo como base a participação social nos processos e benefícios. O segundo, participação/eficácia, direciona-se às estratégias de desenvolvimento local: a participação remete às ações de melhoria das condições sociais da população e, a eficácia ao aperfeiçoamento das condições de infraestrutura buscando a redução dos custos de produção, aumento dos superávits, expansão da economia e dos níveis de emprego. O terceiro, representatividade/ inovação, refere à escolha das regiões em acordo com a agricultura familiar e, os empresários locais não fazem parte do processo que, em contrapartida, poderia contribuir com os processos de inovação. O quarto, coesão social/conflito, deve levar em conta os diferentes interesses equacionando os conflitos, pois “*as tensões são permanentes, o território nunca está acabado, mas ao contrário, em constante construção e reconstrução*” (Mendes, 1993 apud Guanzirolli, 2012, p. 216). O quinto *trade off*, rendas agrícolas/rendas multifuncionais, considera a multisetorialidade e multifuncionalidade do rural, mas cai na problemática de reconhecer outras atividades como dinamizadoras dos territórios podendo resultar na minimização da agricultura. Em suma, um território não se constitui a partir de demandas institucionais ou comporta a visão estática de espaço geográfico, o território é resultado de uma construção social que não pode ser pressionado por condicionantes que busquem acelerar o processo (Guanzirolli, 2012).

Parece que as críticas à perspectiva territorial podem ser vistas por outros ângulos e perspectivas, ao passo que alguns autores comentam criticamente apenas os aspectos que estariam sustentando seus interesses, esses *trade offs* poderiam desvendar possibilidades alternativas como as expostas por Fröhlich (1999). Para o autor as possibilidades do desenvolvimento local/territorial são reabertas quando busca-se atribuir o sentido local ao desenvolvimento, ao mesmo passo que afirma a incompatibilidade entre separar o local do global. Pelo contrário, os processos de globalização e localização são indissociáveis, levando a diferentes interpretações do/sobre o mundo considerando as tradições regionais e nacionais e, confrontando essas diferentes interpretações.

A autonomia (aqui retomando o capital social discutido anteriormente) surge como central proporcionando “*uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as*

especificidades de sua cultura, o conteúdo concreto e continuamente mutável do desenvolvimento” (Fröhlich, 1999, p. 11). Além disso, carrega formas específicas de gestão dos espaços que se traduzem em uma territorialidade autônoma. Mesmo frente à globalização, o espaço/território construído socialmente passa a ser fundamental para o pensar do desenvolvimento em suas diferentes dimensões e, em estando de acordo com o entendimento de cada realidade sociocultural. Afinal, a abordagem territorial permite múltiplos olhares acerca do desenvolvimento, não “proclamando” a adoção de um padrão dominante, o que contraria abordagens que buscam impor sua verdade sobre as demais.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, Ricardo. (2000). O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, 4(2), 379-397.
- Bourdieu, Pierre. (2007). O capital social – notas provisórias. In: Nogueira, Maria Alice; Catani, Afrânio (Orgs.). *Petrópolis: Escritos da educação*. 9 ed. Vozes. 65-69.
- Coleman, James. (1988). Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, 94, 95-120.
- Escobar, Arturo. (1995). El desarrollo sostenible: dialogo de discursos. *Cuadernos de debate internacional: Ecología Política*, Barcelona, v. 9.
- Florit, Luciano Félix; Grava, Diego da Silva. (2016). Ética ambiental e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise com base na categoria do especismo. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, 19 (4), 23–42.
- Fleury, Lorena Cândido; Almeida, Jalcione; Premebida, Adriano. (2014). O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, Porto Alegre, 16 (35), 34–82.
- Fröhlich, José Marcos. (1999). O ‘local’ na atribuição de sentido ao Desenvolvimento. *Textos CPDA*, n. 7.
- Furtado, Celso. (1996). *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra.
- Guanzirolli, Carlos. (2012). Desenvolvimento territorial no Brasil: uma polêmica. In: Fröhlich, José Marcos. (Org.) *Ijuí: Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo*. Editora Unijuí. 203-224.

- Higgins, Silvio Salej. (2003). *O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86057>
- Mantovaneli, Oklinger Junior; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. (2010). Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*.
- Ortega, Antônio César; Matos, Vitor Alberto. (2013). Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. *Política e Sociedade*, Florianópolis, 12 (24).
- Ortega, Antônio César; Silva, Filipe Prado Macedo da. (2011). Uma visão crítica do desenvolvimento territorial e dos novos espaços de governança. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, 13 (23).
- Pellin, Valdinho; Alcantâra, Liliane Cristine Schmeler; Gonçalves, Débora Fitipaldi. (2016). Contribuições do capital social para o desenvolvimento territorial. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, 10 (4), 52-70.
- Portes, Alejandro. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 133–158.
- Putnam, Robert. (2006). Capital social e desempenho institucional. In: Putnam, Robert. Rio de Janeiro: *Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna*. Editora FGV. 173-194.
- Silva, Flávio José Rocha da. (2016). O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, 17 (2).
- Silva, Tarcisio Augusto Alves da; Moutinho, Lúcia Maria Goés; Branco, Gilberto. (2016). Capital social: conceito e aplicação no contexto da abordagem territorial brasileira. *ORG & DEMO*, 17 (1), 27–42.
- Veiga, José Eli da. (2005). *Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI*. Garamond.